

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO NEOLIBERAL

Jussara de Fátima Alves Campos Oliveira e Maria Esperança Fernandes Carneiro

Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC - GO

jufcoliveira@gmail.com - edmundomagela@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho integra uma pesquisa de doutorado em curso no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-GO. Com este artigo, temos por objetivo analisar os princípios neoliberais presentes nas políticas educacionais para a educação profissional a partir de 1990. Por se tratar de uma investigação em andamento, ainda em fase de coleta de dados, as reflexões aqui apresentadas ainda são parciais e provisórias. No processo investigativo, no tratamento das informações, nas interpretações e nas análises dos dados, buscamos os documentos oficiais e os autores como Anderson (1995), Boito Jr.(2005), Filgueiras (2006), dentre outros. A partir de nossa análise, compreendemos que no governo FHC, houve forte presença dos princípios neoliberais nas políticas para a educação profissional. Já no governo Lula, registra-se tanto sinais de ruptura, como sinais de continuidade, com relação às políticas implementadas pelo governo FHC, o que revela os limites do processo de criação e políticas de Estado no campo da Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo; Políticas Educacionais; Educação Profissional; Governo Fernando Henrique Cardoso; Governo Lula.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO NEOLIBERAL

1. INTRODUÇÃO

As ideias neoliberais começaram a ganhar espaço, a partir da década de 70, em reação à política colocada em prática contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Nesse período de recessão econômica, o capital passou a dar sinais de crise de sociabilidade, através de uma tendência decrescente da taxa de lucro decorrente do excesso de produção; do esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; da desvalorização do dólar, indicando a falência do acordo de Breeton Woods; da crise do “Estado de Bem-Estar Social”, da intensificação das lutas sociais (com greves, manifestações de rua) e da crise do petróleo.

Hayek (1977), um dos representantes da doutrina neoliberal mais conhecido, afirma que as raízes da crise do sistema capitalista estavam localizadas no poder excessivo dos sindicatos e movimentos operários, que reivindicavam salários maiores e gastos sociais pelo Estado. Dessa forma, a doutrina neoliberal pregava um Estado forte em sua capacidade de romper com os sindicatos, mas insignificante em todos os gastos sociais e mais abundante nas intervenções econômicas a favor do capital. Para Hayek, a limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado seria uma ameaça fatal não só à liberdade econômica como também à política.

Na década de 80, com a intensificação da crise econômica nos países capitalistas, o discurso neoliberal surge atacando duramente o Estado de Bem Estar que teria reduzido a capacidade de poupança e investimentos do setor privado, sendo, portanto, responsável pelo fraco desenvolvimento da economia. Acusa-se também o Estado de inflacionar a economia através de suas políticas sociais e de desviar investimentos de setores produtivos para os improdutivos.

Os países sociais-democratas também foram obrigados, tanto por pressões internacionais, quanto por pressões da elite nacional a se adequarem ao novo modelo de regulação econômica. Entretanto, essa massificação do modelo neoliberal não deve ser vista como hegemonia plena, visto que o ideário foi adequado à realidade social, política e econômica de cada país.

Na América Latina, as políticas neoliberais aplicadas seguiram um modelo criado pelo Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Estados Unidos: o chamado Consenso de Washington. Segundo Anderson (1995), o êxito do ideal neoliberal deveu-se tanto à existência de regimes autoritários, quanto, no caso dos países democráticos, à existência da hiperinflação. Dessa forma, as reformas neoliberais tornam-se mais aceitáveis num quadro coercitivo, seja ele político ou econômico.

O ajuste estrutural desencadeou mudanças consideradas necessárias para os países periféricos através da aplicação de um receituário de políticas liberalizantes, privatizantes e

de mercado. Ressaltamos que as políticas gestadas pelo Consenso de Washington faziam parte de um movimento de ajuste no sistema mundial dentro do contexto da globalização financeira e produtiva. Trata-se de políticas econômicas de estabilização, acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes (SOARES, 1999).

Para Anderson (1995), qualquer que seja o balanço que se faça do neoliberalismo, ele será provisório, visto que esse movimento ainda está em curso na história. Embora tenha fracassado, economicamente, com graves crises de realização do capital nos Estados Unidos em 2008 e na Europa desde 2010, o neoliberalismo é uma doutrina ideológica que ainda se mostra forte e hegemônica no capitalismo. O autor, ainda afirma que a hegemonia neoliberal é, hoje, uma verdade, mesmo que milhões de pessoas não acreditem em suas receitas. Entretanto, faltam novas receitas, que, segundo Anderson (1995), cabe a seus opositores apresentá-las.

Desta maneira, compreendendo a condução histórica das políticas neoliberais, o presente texto tem como objetivo, num primeiro momento, analisar a implantação do projeto neoliberal no Brasil. Em seguida, analisamos como essa política repercutiu na educação profissional, durante os governos FHC e Lula e, por fim, buscamos identificar se o governo Lula propõe uma ruptura ou mantém a política de seu antecessor.

2. O PENSAMENTO NEOLIBERAL NO BRASIL

Segundo Filgueiras (2006), no Brasil, o neoliberalismo expressou-se num programa político-econômico específico, como resultado das disputas entre as distintas frações de classes da burguesia e entre estas e as classes trabalhadoras. Devido às dificuldades de aglutinar os distintos interesses das diversas frações do capital, o Brasil foi o último país da América Latina a implantar o projeto neoliberal. Embora houvesse recomendações de instituições multilaterais como o FMI, o projeto neoliberal, no Brasil, constituiu e consolidou seu programa político no próprio processo de sua implantação, como resultado das disputas políticas entre as diversas classes e frações de classes. Portanto, não havia um projeto neoliberal prévio a ser implantado. Na realidade, o projeto neoliberal só se definiu claramente de forma *ex-post*, isto é, como resultado da luta de classes (FILGUEIRAS, 2006, p. 179-180).

Assim, no final da década de 80 e início da década de 90, presenciamos o desmonte da máquina pública, privatização de empresas, planos de demissão voluntária, etc. Antunes denomina esse período de “desertificação neoliberal”. Nas palavras do autor:

A década iniciada com o governo de Fernando Collor de Mello, no Brasil, no início da década de 1990, nos legou um brutal processo de privatização, um amplo leque de desregulamentações, um intenso processo de reestruturação, um vasto movimento de financeirização e um enorme e desmesurado ritmo de precarização social. Se o governo Collor iniciou o neoliberalismo no Brasil de modo aventureiro foi, entretanto, com FHC que a década do social liberalismo ganhou impulso, ao

comandar o país por oito anos. Tratava-se de outra racionalidade, porém, dentro do mesmo ideário, desenhado pelo Consenso de Washington (2005).

Em relação ao Brasil, além da hiperinflação e da proliferação da desesperança na força coletiva, o que contribuiu muito para a penetração das propostas neoliberais foi a forma como se definiu, na prática, a redemocratização nacional, pois esta não se reverteu em melhorias efetivas nas condições de vida da massa da população, o que fundamentou uma desesperança, uma desqualificação face à ação política e aos espaços públicos (NETTO, 1995).

Em 1990, o governo de Fernando Collor de Melo realizou uma política econômica e externa que seguia as recomendações e diretrizes do chamado “Consenso de Washington”. Foi implementada uma ousada política de privatizações e de liberalização econômica, tanto no que tange aos fluxos de capitais, quanto aos fluxos de mercadorias. Dentre as medidas adotadas pelo Plano Collor, em 15 de março de 1990, destacaram-se: a mudança da moeda; confisco de investimentos; aumento de tarifas públicas; a desindexação geral, principalmente, entre preços e salários; reformulação dos mercados cambiais, com a criação do dólar livre para as operações de exportação, importação e transações financeiras; programa de privatização e de desregulamentação; supressão de subsídios; reforma administrativa com o objetivo de instalar a demissão de funcionários públicos federais etc.

Com o processo de *impeachment* de Fernando Collor de Melo, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o governo com orientações de resgatar a ética na política e preparar o país para a implantação de um novo plano de estabilização. Portanto, sob o comando do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, um grupo de economistas criou o Plano Real. O sucesso de sua estratégia, o Plano Real, levou Fernando Henrique Cardoso a vencer as eleições em 1994 e dar prosseguimento ao seu projeto. Para Filgueiras e Gonçalves (2007), se o Plano Collor foi um momento de consolidação político-ideológica do projeto neoliberal no interior das diversas frações das classes dominantes, com o Plano Real este bloco se fortaleceu e se consolidou. O governo FHC recoloca o projeto neoliberal nos trilhos.

O processo de liberalização e privatização será, realmente, intensificado, no governo de FHC. A política de estabilização foi considerada o aspecto mais importante, a curto prazo, pelo governo FHC. Dessa forma, a política econômica externa e toda política governamental tornaram-se reféns do ingresso do capital financeiro internacional no país.

2.1 A POLÍTICA NEOLIBERAL NO GOVERNO FHC E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação passou a significar um papel estratégico para o projeto neoliberal. Os governos liberais passaram a intervir no sistema educacional consorciados com as empresas privadas. Buscou-se fazer isto de duas formas: direciona-se a formação para atender aos objetivos da produção capitalista, preparando pessoas para o local de trabalho, com uma

visão meramente tecnológica, e, por outro lado, usa-se também a educação como meio para a difusão do liberalismo como a única forma de organização social por meio da livre iniciativa e do livre mercado.

Desta forma, o modelo neoliberal se expressa como um projeto de construção e difusão de um novo senso comum que fornece coerência e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante. Conforme sublinha Gentili:

Se o neoliberalismo se transformou num verdadeiro projeto hegemônico, isto se deve ao fato de ter conseguido impor uma intensa dinâmica de mudança material e, ao mesmo tempo, uma não menos intensa dinâmica de reconstrução discursivo ideológica da sociedade, processo derivado da enorme força persuasiva que tiveram e estão tendo os discursos, os diagnósticos e as estratégias argumentativas, elaboradas e difundidas por seus expoentes intelectuais - num sentido gramsciano - por seus intelectuais orgânicos (1996, p.11).

Dentre as ações do governo Fernando Henrique Cardoso para a Educação Profissional destacamos o Decreto 2.208/97, a Portaria 646/97, o Parecer 16/99 e a Lei 9.649/98.

O Decreto 2.208/97 regulamentava o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9394/96, organizando a educação profissional no Brasil, nos seguintes termos: “Art. 5º - A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997). Assim, o aluno poderia realizar o curso técnico ao mesmo tempo em que cursasse o ensino médio, na forma concomitante ou, na forma sequencial, após concluir o ensino médio.

A educação profissional passa a ser organizada em três níveis: *básico*, como modalidade de educação não formal, independentemente de escolaridade prévia; *técnico*, destinado a proporcionar habilitação profissional aos matriculados no ensino médio ou seus egressos; *tecnológico*, destinado a egressos do ensino médio e técnico, correspondendo a cursos de nível superior na área de tecnologia.

Ressaltamos, aqui, que a publicação do Decreto 2.208/97 foi feita sem nenhuma discussão com os setores da sociedade civil, prevalecendo a concepção de educação vinculada aos organismos internacionais como FMI, Banco Mundial, BIRD, considerados por Chomsky, citado por Frigotto (1995, p. 91), como os “novos senhores do mundo”. Esse cenário descrito mostra, claramente, um governo ligado ao capital financeiro, comprometido com a implantação do projeto neoliberal no país, através da reforma do ensino técnico dentro do contexto da “nova ordem” internacional e da acumulação flexível.

De acordo com Manfredi (2002), o desmonte da educação profissional no Brasil ocorreu em um momento em que emergia uma grande demanda por essa modalidade de ensino, tanto para atender às diversas frentes de trabalho existentes, quanto para atender às necessidades de (re)qualificação provenientes do processo de reestruturação produtiva do capital.

Enfim, a política desse período caracterizou-se pela fragmentação, pautada em princípios gerencialistas, em que os investimentos em educação foram vistos como gastos. Além disso, a desvinculação do ensino médio e educação profissional de nível técnico acentuou a histórica dualidade entre educação geral e formação profissional, resultando na substituição da pedagogia de qualificação profissional pela pedagogia das competências.

2.2 GOVERNO LULA: SINAIS DE RUPTURA E CONTINUIDADE

Com a eleição de Lula, em 2002, esperava-se que houvesse uma ruptura com esta lógica de desmonte da máquina estatal. Entretanto, o que se viu foi a retomada deste ideário, sendo o caso mais latente o da política econômica, na qual, ao invés de se voltar contra o capital estrangeiro, o funcionalismo público continuou a ter colocado nos seus ombros o peso pelas mazelas da sociedade. Além disso, ao seguir a cartilha do FMI, o Governo Lula passou, inclusive, a defender movimentos pela “flexibilização” das leis trabalhistas, fazendo o uso do discurso de que desta forma poder-se-ia a conquistar mais empregos, de forma a influenciar no crescimento econômico do país. Ao não lutar contra o capital estrangeiro, o Partido dos Trabalhadores (PT) negou a sua própria origem e acabou por, realmente, se constituir em um partido da ordem e não mais um partido de contestação ao que estava estabelecido.

Para Filgueiras et al. (2010), existe uma linha de continuidade entre os governos FHC e Lula, com a manutenção de um mesmo modelo econômico que é instável e gerador de vulnerabilidade externa: o modelo liberal periférico. Este modelo foi adotado, no final do século XX e no início do XXI, por alguns países latino-americanos, como o Brasil. Ele se caracteriza por: liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro. O modelo é liberal porque é estruturado a partir da liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado (em especial na área da Previdência Social) e da privatização de empresas estatais, que implicam a reconfiguração da intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulação do mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho. O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional, ou seja, um país que não tem influência na arena internacional, ao mesmo tempo em que se caracteriza por significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais. E, por fim, o modelo tem o capital financeiro e a lógica financeira como dominantes em sua dinâmica macroeconômica (FILGUEIRAS; GONÇALVES (2007, p. 22).

Apesar da manutenção do bloco no poder durante o governo Lula, nos dois últimos anos de seu mandato, após a crise internacional de 2008, começaram a aparecer sinais de mudanças em virtude da fissura na hegemonia da fração bancário-financeiro decorrente do fortalecimento de outras frações (segmentos exportadores de commodities e de parte da

indústria nacional que passou a recuperar-se em termos absolutos) e dos efeitos econômicos e ideológicos da própria crise internacional. Essa fissura da hegemonia da fração bancário-financeiro provoca uma maior autonomia ao Estado, possibilitando ao mesmo retomar o debate a respeito de um projeto de desenvolvimento nacional (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Ao analisar o desempenho do Governo Lula, Filgueiras et al. (2010) não negam que o período Lula resultou num desempenho econômico melhor do que o período FHC, em destaque para o segundo Governo Lula, mas põem em cheque as razões explicativas de Barbosa e Souza. Assim, para Filgueiras et al.:

O governo Lula e seus aliados, em especial o petismo, atribuem os melhores resultados da economia brasileira à ruptura com a política econômica anterior e, até mesmo, com o modelo econômico até então vigente – ruptura esta que teria sido efetivada a partir do segundo Governo Lula. Segundo essa visão, no primeiro mandato, em virtude da “herança maldita” recebida dos governos anteriores e da necessidade de administrar os problemas daí decorrentes, a política econômica implementada foi, no fundamental, a mesma do segundo mandato de FHC. Contudo, a partir de 2006/2007, o país teria iniciado um ciclo virtuoso de crescimento econômico – denominado por alguns de “Novo desenvolvimentismo: crescimento com distribuição de renda” (BARBOSA e SOUZA apud FILGUEIRAS et al., 2010, p. 35).

Para os autores, aparentemente, o Governo Lula parece romper com o modelo herdado do Governo FHC. Entretanto, ao analisar o fenômeno em sua estrutura e dinâmica, percebe-se que não houve um rompimento e, sim, uma continuidade, mas com possíveis flexibilizações nas políticas econômicas.

O modelo econômico do Governo Lula é, do mesmo modo que o de FHC, intrinsecamente instável e gerador de vulnerabilidade externa estrutural. Porém, em razão da conjuntura internacional favorável (reduzindo a restrição externa da economia), houve espaço para a flexibilização das políticas macroeconômicas. Esta flexibilização foi que permitiu um aumento dos gastos em políticas sociais focalizadas e a valorização real do salário mínimo, além de permitir, também, maiores gastos em investimentos por parte do Estado (FILGUEIRAS et al., 2010).

O governo Lula concentrou seus esforços voltados aos direitos sociais em medidas de transferência de renda para públicos específicos, tais como o Programa Bolsa Família. Sob os elogios do Banco Mundial, o governo ampliou e aprofundou a adoção da política social focalizada, iniciada de forma tímida no governo anterior. Além disso, assumiu, amplamente, a lógica e o discurso de que o Estado deve dirigir suas ações sociais somente para os mais pobres e miseráveis e deixar que os demais busquem no mercado o suprimento de suas necessidades no âmbito dos serviços sociais, tais como a saúde, a educação e a previdência (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007).

Ao analisar as políticas sociais do Governo Lula, não podemos desconsiderar a precária situação em que vivem os milhões de famílias beneficiadas por essas políticas. Ao contrário, esses programas deveriam se constituir em direitos e não em benesses, inseridos no contexto de uma política de universalização dos direitos sociais.

Em suma, as políticas de combate à pobreza, adotadas durante o governo Lula, mesmo que tenham reduzido, de forma momentânea, a amplitude das necessidades da parcela mais pobre da população brasileira, foram inerentes a uma estratégia política conservadora e, socialmente, de cunho regressivo, que segue a lógica neoliberal própria da atual fase do capitalismo, que tem no capital financeiro a sua força soberana (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007).

Quanto às políticas educacionais para a educação profissional, no governo Lula, estas apresentaram alguns sinais de ruptura em relação ao governo anterior. No caso específico da educação profissional, a ampliação de recursos ocorreu articulada à manutenção de preceitos conservadores em relação ao modelo de formação dos trabalhadores, levando-nos a concluir que a despeito da mudança nas estratégias de formação dos trabalhadores, mantiveram-se os princípios economicistas e neoliberais presentes no governo FHC, denotando o fato de que para a educação profissional estava instituída uma política de Estado que não sofreu arrefecimento com a mudança daqueles à frente dos Ministérios da Educação ou do Ministério do Trabalho (SILVA; OLIVEIRA, 2012).

As principais medidas adotadas pelo governo Lula em relação à Educação Profissional foram: o Decreto nº 5.154/04, que revogou o Decreto nº 2.208/97; a revogação da Lei nº 9649/98 - que proibia a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica através de recursos exclusivos da União - por meio da Lei nº 11195/05; e a expansão da referida rede através da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), através da Lei nº 11.892/08.

O Decreto 5.154/04 retomou a oferta do ensino técnico de nível médio integrado ao ensino médio, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais do CNE, as normas do sistema de ensino e as exigências do projeto pedagógico de cada instituição. Do Decreto 2.208/97, manteve a progressividade e cumulatividade na formação e certificação dos estudantes, à medida que o aluno aproveitaria “sua qualificação inicial, podendo complementá-la com cursos técnicos de nível médio e de graduação, desde que estes tenham sido organizados dentro de itinerários formativos específicos” (BRASIL, 2004). A certificação gradativa, possibilitada pelas saídas intermediárias, também é mantida, podendo ser articulada com os programas de educação de jovens e adultos.

A maior crítica a esse decreto foi que todas as contradições do Decreto 2.208/97, implantado pela gestão anterior, foram mantidas. O novo decreto manteve um viés conservador, na medida em que, mesmo possibilitando a integração do ensino médio com a educação profissional, conservou a separação do ensino médio da educação profissional e manteve a concomitância, conforme o decreto anterior. Foram mantidas também a estrutura modular de organização da educação profissional e a complementaridade da formação em instituições distintas. No entanto, por não haver homogeneidade nos inúmeros projetos pedagógicos das instituições de educação profissional, a complementaridade mostrou-se um grande problema.

Dando prosseguimento as suas ações de desenvolvimento da educação profissional, o governo federal lançou, em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que dentre outras ações propôs a reorganização das instituições da rede federal para a educação profissional. O objetivo principal era modificar o perfil dessa modalidade de ensino, pois o pensamento hegemônico ligava a educação profissional estritamente às classes populares e a uma educação de baixa qualidade, que preparava unicamente para o ingresso no mercado de trabalho, em profissões subalternizadas. Desta forma, em 2008, através da publicação da Lei 11.892/08, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia foram criados a partir da agregação de duas ou mais instituições federais de educação profissional e tecnológica de um mesmo estado, tais como: Centro Federal de Educação Tecnológica, Escola Técnica Federal, Escola Agrotécnica ou Escola Técnica vinculada à Universidade Federal.

Lembramos que da fase inicial, em 1909 até 2002, portanto, em 93 anos, foram criadas 140 escolas, entre técnicas, agrotécnicas e colégios de aplicação. Por outro lado, de 2002 até 2010, octógono do governo Lula, foram entregues à população brasileira mais 214 unidades nos diversos municípios polos regionais do interior de todos os estados. No Portal do MEC, consta que a Rede Federal de Educação Profissional conta com 366 polos, crescimento de 161%, em 8 anos, em relação às fases anteriores. As diretrizes atuais da Presidenta Dilma é de que mais 208 novas unidades sejam entregues até 2014, totalizando, assim, 562 unidades e uma oferta de 600 mil vagas para essa modalidade de ensino profissional.

A expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem contribuído para a democratização do ensino e do desenvolvimento local. Ao levar unidades dos Institutos Federais para o interior do país, o governo Federal oportuniza às populações rurais o acesso ao ensino público de qualidade e o contato com outra realidade educacional. Certamente, essa ação proporcionará a este contingente populacional outro referencial de educação pública (ARRUDA; CARNEIRO, 2010).

Por outro lado, se para o governo federal o sentido político e econômico dos Institutos Federais está expresso de forma clara, para aqueles que neles atuam (docentes e técnicos administrativos), essas instituições ainda estão sendo construídas. Um dos grandes desafios tem sido a articulação da educação profissional, científica e tecnológica com a educação básica, licenciatura, bacharelado e pós-graduação em uma mesma instituição.

Além disso, essas transformações pelas quais está passando a Educação Profissional são, em grande parte, determinadas pelos interesses do capital em converter a educação profissional em mercadoria. Boito Jr. (2005) defende que o governo Lula não só deu continuidade à política neoliberal do governo anterior, como também construiu “uma nova versão do modelo capitalista neoliberal”. Se por um lado produz mudanças na política econômica, por outro, amplia os programas sociais, especialmente aqueles focados nas frações desfavorecidas das classes trabalhadoras.

3. CONCLUSÃO

O presente texto teve a intenção de problematizar as práticas neoliberais no que tange às políticas educacionais para a educação profissional. Diante do discurso hegemônico neoliberal, é urgente que reflitamos sobre os limites e desafios da educação na sociedade contemporânea.

O estudo nos permitiu inferir que, no caso do governo Fernando Henrique Cardoso, houve uma profunda influência dos princípios neoliberais nas políticas educacionais. A Reforma da Educação Profissional, através do decreto 2.208/97, ocorreu em um momento histórico caracterizado por uma visão hegemônica neoliberal e por um acelerado processo de globalização, fomentado pelo avanço das forças produtivas.

No caso do governo Lula, registra-se tanto sinais de ruptura, como sinais de continuidade, com relação às políticas implementadas pelo governo FHC, o que revela os limites do processo de criação e das políticas de Estado no campo da Educação.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
2. ANTUNES, R. **O governo Lula e a desertificação neoliberal no Brasil**. Disponível em: http://resistir.info/brasil/r_antunes_jan05.html. Acesso em 07/05/2013.
3. ARRUDA, M. da C. C.; CARNEIRO, A. A. **Os Jovens rurais matriculados no IFRR/Campus Novo Paraíso**. In: XV ENDIPE, Belo Horizonte, 2010. *Anais...UFMG*, 2010. 1 CD.
4. BOITO JUNIOR, A. **O governo Lula e a reforma do neoliberalismo**. Revista da Adusp, São Paulo. V. 34, p. 06-11, 2005. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/revista/34/r34a01.pdf>. Acesso em 16/05/2011.
5. BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da República**, 1997. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2208-17-abril-1997-445067-norma-pe.html>>. Acesso em: mai. de 2013.
6. _____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. **Presidência da República**, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em: 10 mai. 2013.
7. _____. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 10 out. 2010.
8. FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M. e ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes - tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006.
9. DRUCK, G.; _____. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, nº 1, p. 24-34, 2007.
10. _____.; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
11. _____.; PINHEIRO, B.; PHILIGRET C.; BALANCO, P. Modelo liberal periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: _____. et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
12. FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

13. GENTILI, P. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da; _____. (orgs). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE. 1996
14. HAYEK, F A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Globo, 1977.
15. MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
16. NETTO, J. P. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). **Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
17. SILVA, S. R. P. da; OLIVEIRA, R. de. Educação tecnológica e profissional como programa/política de Estado: análise da política nacional de qualificação profissional do Brasil. In: Oliveira, Ramon de. (Org.). **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional: políticas públicas em debate**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
18. SOARES, L. T. R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
19. TEIXEIRA, R.; PINTO, E. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade** (edição especial), v. 21, p. 909-941, 2012.